

O GÊNERO BIOGRÁFICO NA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA LITERÁRIA

Ricardo Magalhães Bulhões¹

RESUMO: Tentando circunscrever nossa área de abordagem, observaremos, neste artigo, algumas visões metodológicas construídas no início do século XX, visões ligadas ao ensino da literatura, tendo como foco principal a questão biográfica presente nas antologias mais populares da época. Nosso objetivo maior é atentar para a sobrevivência de critérios analíticos que até hoje se repetem nos livros didáticos contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero biográfico; história literária; leitura; antologias.

ABSTRACT: In order to determine our approach area, we will observe in this article some methodological views constructed in the beginning of the 20th century, views related to the literature teaching which main focus was the biographical question presented in one of the most popular anthologies of that period. Our aim is to pay attention to the survival of analytical criteria that until today are repeated in the contemporary didactical books.

KEYWORDS: Biographic genre; history of literature; reading; anthologies.

É cada vez mais atual a preocupação da universidade brasileira em discutir, de forma mais específica, algumas atividades de linguagem – escolares e extra-escolares – colocadas em prática em décadas passadas. Tais hábitos apontam para posturas metodológicas idealizadas de acordo com os interesses de uma elite cultural que se formava e procurava, a seu modo, determinar o que deveria ou não deveria ser lido.

Este nosso texto coloca-se como um pequeno inventário na busca pelo resgate de maneiras de apreensão do texto literário, maneiras que formaram e ainda formam várias gerações. Baseado nesse princípio de reconstrução, de reconhecimento do enfoque dado à leitura, torna-se instigante arriscarmos uma aproximação com alguns critérios construídos pelo espaço escolar, tendo como ponto de partida, como recorte, a questão do gênero biográfico dentro do contexto histórico da Primeira República.

Como sabemos, durante a Primeira República, período que se estende de 1889 a 1930, as antologias escolares (manuais, florilégios) adquiriram no Brasil um papel formador, tanto no âmbito dos conhecimentos literários e gramaticais como também no

¹ Professor Adjunto do curso de Letras da UFMS – Campus Campo Grande. Coordenador do Projeto de Extensão “Formação de Professores Mediadores de Leitura” (SECAD/MEC).

da formação do caráter, da moral e do civismo. Nessa época, as antologias de um modo geral estavam voltadas essencialmente para as regras da gramática, priorizavam-se os estudos da morfologia e da fonética.

Evidências escritas provam que muito antes do período republicano – momento em que o Estado no Brasil, por meio de leis, assumiria responsabilidades com a escolaridade pública – o fetiche pelo saber tornava-se gradativamente um valor insistentemente apregoado pelas oligarquias rurais que tentavam moldar um futuro mais intelectualizado para seus filhos. Ao longo da história da aprendizagem e do aprimoramento da leitura literária, dentro do contexto escolar brasileiro, depreendem-se algumas situações curiosas que evidenciam encontros e desencontros.

O final do século XIX e a primeira metade do século XX correspondem a um período histórico que se sobressai no contexto das discussões que tentam instituir normas regulamentares para o ensino de um modo geral. Segundo Otaíza de Oliveira Romanelli, não foi à toa que a Constituição da República de 1891 consagrou no Brasil o sistema dual de ensino. Nesse sentido, cabia à União, além da instrução superior, controlar o ensino secundário acadêmico em todos os níveis do Distrito Federal (ROMANELLI, 2003, p. 23).

Não é raro encontrarmos em décadas anteriores alguns depoimentos, queixas esparsas escritas em livros ou jornais, que já registravam de forma isolada certo ressentimento pelo “deplorável” estado de barbárie cultural predominante no país. João Antônio A. Antonil, jesuíta e cronista, estabelece, em 1711, uma contraposição cujo tema central é a dicotomia entre dois mundos: o do jovem civilizado e o do jovem “tabaréu”.

Digamos que o fragmento transcrito abaixo, garimpado do livro **A Leitura Rarefeita**, das autoras Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1991), vale a pena ser aqui destacado, na medida em que nos desvenda um sentimento alarmista. Vamos à oposição entre barbárie e civilização estabelecida por Antonil: “Criá-los tabaréus, que nas conversações não saberão falar de outra cousa mais que do cão, do cavalo e do boi” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 29).

Ao acompanhar o caráter peculiar do homem brasileiro, no contexto do sistema patriarcal de colonização, Sérgio Buarque de Holanda (1996) atesta, em **Raízes do Brasil**, que, no âmbito da vida privada, os lavradores e donos de engenho passaram a incentivar de maneira mais ostensiva seus filhos a terem certas virtudes intelectuais. O historiador salienta ainda a importância dada pela sociedade brasileira aos títulos honoríficos, como, por exemplo, o anel de grau e a carta de bacharel. Jovens alunos ocupariam funções cidadinas, na política, no judiciário, ou mesmo em algum cargo burocrático no Império e, posteriormente, na República.

No período republicano, a motivação pelo saber, por intermédio da leitura de obras literárias, fundamentou-se também numa questão que, de certa forma, transcende à racionalidade, não ficando apenas ligada ao paradigma alfabetização-escalada social. A

leitura passou a ter um caráter ornamental, um valor simbólico, um “status” a ser desfrutado por poucos.

Nesse contexto, a leitura tinha uma função mais ornamental; focava-se quase sempre a promoção de textos sonoros, textos mais ligados ao artifício da oratória. Ao mesmo tempo, havia um apreço pelo livro como objeto, admirado do ponto de vista físico, material luxurioso, objeto que cativava o leitor por sua aparência, por seu aspecto visual.

No momento em que a escola mandava seus alunos se espelharem na vida e obra dos vultos nacionais, autores como Olavo Bilac e Alberto de Oliveira, a literatura em si foi deixada de lado, principalmente no seu aspecto estético, para dar lugar à especulação biográfica. Folheando manuais e antologias que circularam na escola brasileira a partir da segunda metade do século XIX, nota-se uma ausência quase completa da apreciação estética. Um dos assuntos abordados hoje com frequência é o poder de transgressão que faz parte do processo criativo, nesse caso a literatura se sobrepõe aos condicionamentos externos. Noutras palavras, por ter uma natureza artística específica, a arte literária está longe de ser depositária de alguns princípios, sejam eles filosóficos, sociológicos, biográficos.

René Wellek e Austin Warren (1955), em **Teoria da Literatura**, avaliam que a biografia é um gênero antigo, sendo por isso um braço importante da historiografia. Afirmam também que as atividades de um biógrafo são comparadas às atividades de um historiador. Os mesmos atos se repetem, ambos têm de interpretar os documentos, as cartas, as versões de testemunhas oculares, as memórias, as declarações autobiográficas.

No entanto, segundo eles, o processo de compreensão de um texto literário não pode ser estabelecido mediante a simplista relação de causa e efeito. No caso específico da biografia, eles partem do pressuposto de que uma obra de arte contém, internamente, elementos considerados autobiográficos, mas, conforme assinalam: “[...] quando uma obra de arte contém elementos que possam com segurança ser identificados como autobiográficos, tais elementos estarão de tal modo reelaborados e transformados na obra que perdem o seu significado especificamente pessoal e se tornam apenas material humano concreto, partes integrantes da obra” (WELLEK; WARREN, 1955, p. 95).

Na verdade, o processo criativo aponta para a reconfiguração, aponta para as representações simbólicas da vida social. Ao reconfigurar o espaço, criando estratégias linguísticas específicas que valorizam a dimensão estética, a literatura demonstra a sua não-subserviência a outras áreas ou a outras modalidades discursivas. Ao mesmo tempo, a literatura tem sua natureza histórica que lhe é essencial. Assim, o processo artístico é sempre desafiador, mas não é totalmente livre.

Ao explicar essa dialética que permeia o processo artístico, de ser ao mesmo tempo dependente e independente, Laura Mancinelli (1995), no artigo **Literatura e Pessoa Histórica**, assinala que a obra de arte não é produzida do nada, “em uma absoluta liberdade da fantasia” (p. 83). Mancinelli reconhece que “qualquer um que tenha experimentado produzir uma obra, literária ou não, achou-se às voltas com um substrato

de esquemas, procedimentos e modos já assentados na sua consciência e que são esquemas, procedimentos e modos da sua cultura” (1995, p. 83). Uma cultura que é, ao mesmo tempo, individual e coletiva.

Desse modo, aquele que produz literatura se insere como “pessoa histórica”. O artigo de Mancinelli condensa alguns aspectos importantes sobre a questão específica da “pessoa histórica”, compreendendo tanto o papel do emissor quanto o do destinatário.

A autora revela-nos que, dentro da comunicação literária, existe um contato entre a historicidade do emissor e a historicidade do receptor. Nesse entrelaçamento de historicidades, seu artigo reflete também sobre o posicionamento do professor de literatura, que exerce uma função de mediação entre a obra e o aluno leitor.

No Brasil, a manutenção do critério sociológico divulgado pelas extensas biografias que compõem a nossa historiografia literária, não era eventual. Basta lembrar que simultaneamente aos critérios etnográficos, folclóricos, filosóficos, Sívio Romero, aderindo a Taine, seguiu a concepção de que a literatura era um produto da vida social, e, como tal, ela podia ser lida como documento que a revela. Um dos critérios da obra romeriana, também muito utilizado por seus sucessores, levava em conta a famosa trindade estabelecida por Taine de se valorizar a raça, o meio e o momento histórico.

Afrânio Coutinho (1975), na **Introdução à Literatura Brasileira**, faz questão de acentuar que a arte literária era “vista como transferência do método histórico”, encarada, assim, como “reflexo das gerais atividades humanas”. Conforme salienta Coutinho, Sívio Romero, absorvido pelo determinismo positivista, tão influente na segunda metade do século XIX, foi o primeiro crítico a demonstrar uma preocupação conceitual e metodológica em seus estudos, investigando fatores materiais e ambientais da sociedade brasileira. Segundo Coutinho (1975, p. 30), a partir de Sívio Romero, “consolidou-se a concepção historicista e sociológica da literatura e a adoção do método histórico para a história literária, que influíram poderosamente em seus sucessores”.

As leituras de Sívio Romero são tributárias dessas concepções extrínsecas atribuídas à literatura, referências teóricas ora vindas do positivismo, ora vindas do evolucionismo. Na verdade, seu processo analítico se configurava pela generalização. Como bem disse Antonio Candido (1978), no importante trabalho **Sívio Romero: Teoria, crítica e história literária**, o crítico sergipano aplicava um conceito de literatura muito abrangente, no qual englobava “todos os produtos de criação espiritual, da ciência à música” (p. 19). Há, nos escritos romerianos, segundo Candido, o conceito de que a literatura era um produto da vida social.

Antonio Candido ainda lembra que uma das características a floradas em sua obra era a obsessiva preocupação de se ressaltar as peculiaridades da literatura brasileira, diferenciando-a da matriz portuguesa. Inspirado por esse objetivo de se definir características específicas dos escritores brasileiros, suas sondagens e avaliações críticas consagraram, naquela época, o chamado “critério etnográfico”, baseado na importância da contribuição das raças nas nossas relações culturais.

Dentro desse princípio de consolidação dos autores nacionais canônicos, o gênero biográfico consolidou-se quase sempre ligado às especulações positivistas tão comuns à época. Não há dúvida de que escola sempre foi e ainda é um canal responsável pelo endosso dos textos literários, consequentemente responsável também pela tradição metodológica de estudos literários a partir da periodização da literatura. Marisa Lajolo (2001, p. 19) assinala, em seu livro **Literatura: leitores & leitura**, que “entre as instâncias responsáveis pelo endosso do caráter literário de obras que aspiram ao ‘status’ de literatura, a escola é fundamental”.

A autora entende que a escola se comporta como “a instituição que há mais tempo e com maior eficiência vem cumprindo o papel de avalista e de fiadora do que é literatura” (LAJOLO, 2001, p. 19). O papel “avalista” da escola é tão determinante de tal modo que a palavra “clássico”, segundo Lajolo, é derivada de *classis*, isto é, palavra latina que significa classe de escola. Assim, seguindo seu fio explicativo: “No tempo em que a escola só mandava seus alunos lerem autores latinos e gregos, esses autores começaram a ser chamados de clássicos por ser sua leitura recomendada às classes, isto é, por serem adotados nas escolas” (LAJOLO, 2001, p. 20).

Como já afirmamos antes, nosso estudo pretende resgatar uma reflexão sobre o papel do gênero biográfico, visto aqui como estratégia de ensino de literatura privilegiada pelas velhas antologias e florilégios que cumpriam o “papel de avalistas” atribuído por Marisa Lajolo.

Material responsável por emitir conceitos que, aos olhos de hoje, pareceriam totalmente falhos e inaceitáveis, mas, que, na verdade, nos remetem, enquanto objeto de representação, a um contexto histórico específico que deve ser focado e respeitado como tal.

Fazendo uma análise dos modos biográficos, Nádia Battela Gotlib (2003), no texto **Na contramão da história biográfica**, revela que, em nome de um rigor científico-metodológico, prevaleceu nos estudos biográficos a separação rígida entre o ficcional e o biográfico: gênero biográfico de um lado e o contexto ficcional da obra, do outro. Conforme Gotlib esse postulado normativo sempre esteve presente nas lições de literatura. A matéria vinha distribuída em dois blocos. Segundo aponta:

Os eventos, em seqüência cronológica, numa espécie de registro cartorial de dados de nascimento e morte, apresentavam-se como sendo infalíveis quanto à veracidade. E apareciam de forma chapada, homogeneizada, a exigirem exercícios mnemônicos capazes de estabelecer nuances de tons e sobretons para que, de algum modo e em algum lugar, pudessem ser fisgados pelo leitor, num gancho de interesse que destacassem partes dessa massa volumosa de informações. (GOTLIB, 2003, p. 87).

Diante dos posicionamentos biográficos possíveis, Gotlib observa diferentes formas fixas de se biografar um autor. Segundo ela, existe a postura do biógrafo que age

de modo ingênuo, “calcado no estatuto de verdade da informação, que pode ser conseguida, dando respostas a todas as indagações, em nome do bem informar” (GOTLIB, 2003, p. 89). A segunda postura levantada pela autora é a do biógrafo que age à moda ficcional e vai criando seu mundo de representação, cuja “simulação é a do próprio ato de biografar” (2003, p. 89). Assim, os biógrafos por vezes criam certos perfis para os autores ali representados, seja se referindo aos comportamentos, hábitos, seja nos incidentes trágicos que permeiam suas vidas, tudo isso ocorrendo à moda ficcional.

De um modo geral, os escritores eram caracterizados como tipos civilizados, descritos sob a luz da superioridade, sempre segundo a ótica dos grupos hegemônicos. Tradicionalmente, havia uma espécie de enquadramento das características que se tornaram obviedades dentro do senso comum acadêmico. Para evitar possíveis divagações, vamos ilustrar nossa análise recortando alguns fragmentos de uma antologia que reproduz um tratamento analítico padrão.

Trata-se da antologia **Autores Contemporâneos** do professor, crítico e filólogo, João Ribeiro (1929). Conforme nota de Raimundo de Menezes (1978), no seu **Dicionário Literário Brasileiro**, João Ribeiro, ao lado de Coelho Neto e Laudelino Freire, dentre outros, participou da comissão que veio a elaborar o Dicionário da Academia Brasileira de Letras no início da década de vinte.

Em relação à apreciação dos elementos estéticos presentes nos textos literários sugeridos em **Autores Contemporâneos**, devemos destacar que a antologia em nenhum momento propõe uma interpretação textual estilística ou temática dos textos. No seu lugar, Ribeiro prefere enaltecer a formação moral e cultural dos autores, que aparecem como exemplos de construção do caráter humano. Seus critérios valorativos caem sempre no clichê da história literária vista como um conjunto de dados superficiais. Em alguns momentos, constatamos que falta uma unidade entre as partes, já que há certa divergência entre as definições e as exemplificações.

Poderíamos recortar vários momentos em que essa desconexão fica evidente. Ao apresentar um texto de Gonçalves Dias, na nota de rodapé, faz questão de enaltecer suas qualidades de poeta, manifestando um forte despreço pelo prosador. Segundo ele:

Atonio Gonçalves Dias, considerado o príncipe dos poetas brasileiros, nasceu em Caxias em 1823 e faleceu, quase naufrago, ao avistar as terras do Maranhão, 1864. Foi professor de história de latim no Colegio de Pedro II, viajou a Europa, onde já havia formado em direito, em Coimbra. Escreveu: vários livros de versos *Primeiros Cantos*, *Segundo Cantos*, *Sextilhas de Frei Antão*, *Últimos Cantos*, os *Timbiras* (poema), de extraordinário valor. São inferiores as suas outras produções, dramas e escritos em prosa [...]. (RIBEIRO, 1929, p. 80).

Embora recomende como de boa procedência a obra poética do maranhense, João Ribeiro, paradoxalmente, vale-se de um fragmento em prosa como ilustração. Escolhe um longo texto em prosa, intitulado **Os Conquistadores**, fragmento descritivo que fala das

relações entre os conquistadores (portugueses) e os índios. Assim, tal fragmento em prosa, aliado às concepções teóricas, aponta para uma inadequação metodológica entre as partes.

Em **Educação Literária**, João Ribeiro (1929) também recorria aos paralelos entre a vida e a obra de um autor. Como bem disseram Wellek e Warren o testemunho biográfico muitas vezes é um importante instrumento de valoração crítica, desde que os analistas não estabeleçam a simplista relação de causa e efeito.

No livro **Autores Contemporâneos**, o discurso artístico, como fica evidente em toda obra didática, não é valorizado do ponto de vista estético. Na página 385, por exemplo, o professor seleciona um poema de Castro Alves que sugere, pela sua estrutura, vários elementos pelos quais o texto poderia ser apreciado esteticamente. Trata-se do poema “**O Phantasma e a Canção**”, abaixo transcrito de forma parcial:

– Quem bate? – A noite é sombria –
Quem bate? – É rijo o tufão Não ouvis
a ventania?

Ladra a lua como um cão

– Quem bate? – O nome que importa?
Chamo-me dor... abre a porta! Chamo-
me frio abre o lar

Dá-me pão... chamo-me fome!

– Necessidade é o meu nome

– Mendigo! Podes passar

No texto acima, o eu-lírico dialoga com um mendigo, tendo dificuldades de reconhecê-lo como forma humana, devido à sua situação degradante, confundindo-o com um fantasma. O texto chama a atenção por vários aspectos. Além da camada fonológica, do seu aspecto sonoro, das rimas, do ritmo, das aliterações, ele cria o estranhamento entre o eu lírico e a figura do mendigo-fantasma através de outros elementos, personificações, hipérboles, elementos que aparecem no diálogo entre as partes e que vão estabelecendo certa cadência poética. No entanto, na nota de rodapé, o comentário de Ribeiro não remete a tais aspectos. A leitura do poema fica presa às generalizações de praxe. Num primeiro momento, ao ensinar história literária, João Ribeiro faz uma apreciação do autor, vinculando-o a um princípio ideológico. Segundo ele: “Antonio de Castro Alves, um dos nossos maiores poetas do romantismo, na faze hugoana ou condoreira, deixou um drama, Gonzaga, as Espumas Flutuantes e os fragmentos do poema dos escravos” (RIBEIRO, 1929, p. 385).

Em seguida, o texto literário transcrito, que não se refere a questões abolicionistas, é ignorado, embora ele seja importante para um entendimento mais profundo das questões sociais. A leitura do texto poético fica presa à seguinte observação: “Embora não prime por absoluta correção, a sua linguagem é sempre admirável” (RIBEIRO, 1929, p. 385).

Quanto à estrutura, pode-se constatar a presença de três partes específicas. Na primeira parte, o autor acrescenta ao corpo do texto dados biográficos, celebrando o vulto dos autores imortais, fontes de uma cultura considerada superior e modelar. Num segundo momento, são reproduzidos longos textos em prosa e verso; e, finalmente, seu livro passa a explorar, de forma mecânica, os aspectos gramaticais, tendo como objetivo o exercício da retórica e da escrita tendo como matriz, como modelo, a memorização dos textos tidos como clássicos.

Ao rever de forma inteligente e original o perfil dos textos que circulavam na escola, Samir Meserani (2002) constata, no seu **O Intertexto Escolar**, que havia no Brasil, no início do século XX, manuais de retórica que “alistavam as qualidades e defeitos do estilo” e estimulavam a assimilação da escritura dos autores considerados clássicos. Segundo ele, dentre os autores nacionais, o livro **A arte de escrever**, do professor Silveira Bueno (1962), tornou-se uma obra bastante consultada nos anos 50 (MESERANI, 2002, p. 97).

Não há dúvida de que escola sempre foi e ainda é um canal responsável pelo endosso dos textos literários, conseqüentemente responsável também pela tradição metodológica de estudos literários a partir da periodização da literatura. Marisa Lajolo (2001, p. 20) assinala, em seu livro **Literatura: leitores & leitura**, que “entre as instâncias responsáveis pelo endosso do caráter literário de obras que aspiram ao ‘status’ de literatura, a escola é fundamental”.

A biografia tornou-se uma das estratégias de ensino de literatura, estratégia privilegiada pelas velhas antologias e florilégios que cumpriam o “papel de avalistas” atribuído por Marisa Lajolo. Material responsável por emitir conceitos que, aos olhos de hoje, pareceriam totalmente falhos e inaceitáveis, mas, que, na verdade, nos remetem, enquanto objeto de representação, a um contexto histórico específico que deve ser focado e respeitado como tal.

Referências

BUENO, S. **A Arte de Escrever**. São Paulo: Saraiva, 1962.

CANDIDO, A. **Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária**. São Paulo: EDUSP, 1978.

COUTINHO, A. **Introdução à Literatura Brasileira**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Distribuidora de Livros Escolares, 1975.

GOTLIB, N. B. Na Contramão da História Biográfica. In: MOREIRA, M. E. (Org.). **Histórias da Literatura: teorias, temas e autores**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. pp. 86-94.

- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LAJOLO, M. **Literatura: leitores & leitura**. São Paulo: Moderna, 2001.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A Leitura Rarefeita**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MANCINELLI, L. Literatura e Pessoa Histórica. **Papéis Avulsos** - Revista do Departamento de Literatura da FCL/UNESP, Assis, n. 1, pp. 81-98, 1995.
- MENEZES, R. **Dicionário Literário Brasileiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- MESERANI, S. **O Intertexto Escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.
- RIBEIRO, J. B. de A. F. **Autores Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.
- ROMANELLI, O. **Pedagogia Cidadã**. Cadernos de Formação. História da Educação. São Paulo: UNESP, 2003.
- WELLEK, R.; WARREN, A. **Teoria da Literatura**. Lisboa: Publicações EuropaAmérica, 1955.